



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO**

**XXV CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA**  
**2ª REGIÃO**

**1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 1ª Etapa - 26/fevereiro/2000**

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL ( LEI DE INTRODUÇÃO, PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES) E DIREITO COMERCIAL.

**INSTRUÇÕES**

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
2. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
3. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal.
4. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
5. São proibidas quaisquer consultas.
6. Não rubrique, nem rasure a Ficha de Resposta, do contrário será anulada a prova.
7. É proibido o uso de corretivos.

**DURAÇÃO DA PROVA: 04 HORAS**

**COMISSÃO DO CONCURSO**

Juiz FLORIANO VAZ DA SILVA - Presidente  
Juíza VANIA PARANHOS  
Advogado JAYME BORGES GAMBÔA - (OAB)

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Juiz IRANY FERRARI - Presidente  
Professor ESTEVÃO MALLETT  
Advogado AMAURI MASCARO NASCIMENTO (OAB)

Obs.: O gabarito desta prova será publicado no dia 29 de fevereiro de 2000, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Judiciário, Caderno I, Parte II .

**BOA SORTE.**

**COMISSÃO DE CONCURSO DA MAGISTRATURA**  
**TRT/2ª REGIÃO**  
Rua da Consolação, 1.272 - 5º andar - CEP 01302-906 - SP  
Fone: 255.4111 - Ramal 2297

## Direito Constitucional

- 1) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República:
- a - são sempre realizadas eleições, mediante sufrágio universal, trinta dias depois de aberta a última vaga;
  - b - somente são realizadas eleições, com sufrágio universal, se a vacância ocorrer antes do último ano do mandato;
  - c - serão os sucessores eleitos pelo Congresso Nacional, se a vacância ocorrer nos dois últimos anos do período presidencial;
  - d - assumirá em definitivo o cargo de Presidente da República o Presidente do Congresso Nacional, se a vacância ocorrer nos dois últimos anos do período presidencial;
- 2) Havendo conflito entre lei federal e lei municipal:
- a - prevalece a lei federal;
  - b - prevalece a lei municipal;
  - c - prevalece a lei municipal sobre trânsito e transporte;
  - d - poderá prevalecer a lei federal ou a municipal, conforme a matéria tratada;
- 3) A regulamentação legal estabelecida para arguição de descumprimento, por ato do Poder Público, de preceito fundamental da Constituição prevê:
- a - apreciação da alegação por todo e qualquer juiz, com recurso, em última instância, para o Supremo Tribunal Federal;
  - b - legitimação ativa equivalente à da ação popular;
  - c - possibilidade de impugnação da decisão apenas por meio de ação rescisória;
  - d - possibilidade de concessão de medida liminar, por decisão do Supremo Tribunal Federal;
- 4) A propósito da ação direta de inconstitucionalidade é correto dizer:
- a - havendo mais de uma interpretação possível para a norma questionada, pode o STF estabelecer a interpretação conforme à Constituição;
  - b - antes de que seja ouvido o Advogado-Geral da União a dosistência formulada pelo autor acarreta a extinção do processo sem julgamento do mérito;
  - c - somente o terceiro que demonstrar interesse jurídico poderá intervir na causa;
  - d - somente será pronunciada a inconstitucionalidade da norma se nesse sentido tiverem se manifestado pelo menos sete ministros;
- 5) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para:
- a - os analfabetos, os maiores de setenta anos e os estrangeiros residentes no país há mais de quinze anos;
  - b - os analfabetos, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos e, bem assim, os maiores de setenta anos;
  - c - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, os maiores de setenta anos e os estrangeiros residentes no país há mais de quinze anos;
  - d - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, os maiores de setenta anos e os conscritos, durante o período do serviço militar;
- 6) A destituição do Procurador Geral da República:
- a - pode ser feita *ad nutum*, pelo Presidente da República;
  - b - cabe privativamente ao Conselho Superior do Ministério Público;
  - c - pode ser feita pelo Presidente da República, mediante autorização do Senado Federal;
  - d - não pode ocorrer, salvo condenação criminal transitada em julgado;
- 7) Cessados os motivos da intervenção:
- a - designará o interventor as pessoas que ocuparão o cargo das autoridades afastadas;
  - b - são convocadas novas eleições, para escolha dos substitutos das autoridades afastadas;

- c -- assumem os substitutos legais das autoridades afastadas;  
d -- voltam as autoridades afastadas aos seus cargos, salvo impedimento legal;

8) O regime dos precatórios:

- a -- não se aplica nem às empresas públicas nem às sociedades de economia mista;  
b -- aplica-se às empresas públicas, mas não às sociedades de economia mista;  
c -- não se aplica às empresas públicas, mas sim às sociedades de economia mista;  
d -- aplica-se tanto às empresas públicas como às sociedades de economia mista;

9) O direito brasileiro prevê o controle de constitucionalidade de forma:

- a - dispersa;  
b - difusa;  
c - concentrada;  
d - tanto difusa como concentrada;

### Direito do Trabalho

10) Empregado despedido sob a acusação de justa causa tem direito a indenização por dano moral:

- a) só pelo fato da dispensa imotivada;  
b) quando, além da dispensa, ficar provado que sofreu um dano moral;  
c) sempre que a justa causa não ficar demonstrada;  
d) pela perda, com a dispensa, do emprego .

11) O direito à indenização por dano moral é previsto :

- a) pelo Código Civil;  
b) pelo Código Comercial;  
c) pela Constituição Federal ;  
d) pelo Código Penal.

12) O artigo 8º, da Consolidação das Leis do Trabalho, dispõe:

“As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por equidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente de direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, o direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público”.

O texto, em sua literalidade, está :

- a) declarando que os princípios gerais do direito do trabalho têm uma função integrativa do direito positivo e são aplicáveis nos casos de lacunas da legislação;  
b) enumerando, taxativamente, as fontes formais do direito do trabalho;  
c) determinando a prevalência da analogia e da equidade sobre as fontes formais no texto previstas;  
d) autorizando o uso dos princípios do direito do trabalho como meio de evitar e retificar os efeitos indesejáveis da lei trabalhista.

13) O empregado doméstico incluído no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, despedido sem justa causa:

- a) tem direito ao levantamento dos depósitos do FGTS e à indenização de 40%;  
b) terá direito ao levantamento dos depósitos do FGTS mas não terá direito à indenização de 40%;  
c) terá direito ao seguro desemprego mas não terá direito aos 40% da indenização;  
d) terá direito ao levantamento dos depósitos do FGTS, ao seguro desemprego mas não terá direito à indenização de 40%;

14) De acordo com Enunciado do Tribunal Superior do Trabalho, o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na:

- 133  
D
- a) responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações, desde que este tenha participado da relação processual e conste também do título executivo judicial;
  - b) responsabilidade solidária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações, desde que este tenha participado da relação processual e também do título executivo judicial;
  - c) responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações, desde que tenha participado da relação processual;
  - d) responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações;

15) Assinale a alternativa correspondente a Enunciado do Tribunal Superior do Trabalho :

- a) o empregado, ou seu beneficiário, que já recebeu da instituição previdenciária privada, criada pela empresa, vantagem equivalente, não tem direito à cumulação dos benefícios da previdência privada e da previdência pública;
- b) o trabalho exercido em condições perigosas, embora de forma eventual ou intermitente, dá direito ao empregado a receber o adicional de periculosidade, de forma integral, tendo em vista que a lei n. 7.369/85, não estabeleceu qualquer proporcionalidade em relação ao seu pagamento;
- c) a constituição de crédito previdenciário está sujeita ao prazo de decadência de cinco anos;
- d) os empregados de empresas distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários não têm direito à jornada especial dos bancários.

16) É permitido o pagamento de salário por meio de cheque bancário :

- a) quando o cheque é emitido pelo empregador;
- b) quando o estabelecimento do empregador no qual o empregado trabalha, situar-se próximo ao local de trabalho ;
- c) quando é assegurado , ao empregado tempo para efetuar o saque;
- d) quando ocorrem todas essas hipóteses .

17) O Tribunal Superior do Trabalho tem Precedente Normativo no seguinte sentido :

- a) impõe-se multa, por descumprimento das obrigações de fazer , no valor equivalente a 20% (vinte por cento) do salário básico , em favor do empregado prejudicado ;
- b) o empregador rural é obrigado a possuir o receituário agronômico de defensivos agrícolas e a observar as medidas de prevenção nele contidas;
- c) autoriza-se sempre o desconto , no salário do empregado , dos valores do cheques não compensados ou sem fundos ;
- d) assegura-se o direito à ausência remunerada de 1(um) dia por ano ao empregado , para levar ao médico filho menor ou dependente previdenciário até 5( cinco) anos de idade , mediante comprovação no prazo de 48 ( quarenta e oito) horas .

18) Uma carta propondo emprego e indicando condições para o trabalho pode ser considerada:

- a) contrato preliminar;
- b) contrato aleatório;
- c) promessa de contrato;
- d) contrato acessório;

19) Há Súmula do Tribunal Superior do Trabalho no seguinte sentido :

- a) a interrupção do trabalho destinada a repouso e alimentação , dentro de cada turno , ou o intervalo para repouso semanal, descaracteriza o turno de revezamento com jornada de 6(seis) horas , previsto no art. 7º , inciso XIV , da Constituição da República de 1988;
- b) as gorjetas , cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado , servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso prévio , adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado;
- c) a mera insuficiência de transporte público não enseja o pagamento das horas in itinere;
- d) é válida a concessão do aviso prévio na fluência da garantia de emprego , ante a compatibilidade dos dois institutos ;

20) Um engenheiro contratou uma pessoa física para instalação de portas e janelas num imóvel por ele construído, mediante preço fixo e prazo certo. Configura-se neste caso:

- a) contrato de empreitada;
- b) contrato de experiência;
- c) contrato de trabalho por obra certa;
- d) contrato de trabalho temporário;

21) Redução de salário ajustada, em convenção coletiva:

- a) é ilícita, pois a norma de ordem pública é irrenunciável;
- b) é lícita apenas em relação aos empregados associados do sindicato;
- c) é lícita apenas aos empregados que individualmente ratificarem os termos da convenção;
- d) é lícita;

22) A lei declara que o Vale-Transporte, concedido nas condições e limites nela previstos:

- a) no que se refere à contribuição do empregador, não tem natureza salarial nem se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e não se configura como rendimento tributável do trabalhador;
- b) no que se refere à contribuição do empregado e do empregador, não tem natureza salarial nem se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e não se configura como rendimento tributável do trabalhador;
- c) no que se refere à contribuição do empregador, tem natureza salarial e se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos, constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e se configura como rendimento tributável do trabalhador;
- d) no que se refere à contribuição do empregador, tem natureza salarial mas não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e não se configura como rendimento tributável do trabalhador;

23) Assinale a alternativa que corresponde a Orientação Jurisprudencial da SDC, do Tribunal Superior do Trabalho:

- a) Sindicato. Base territorial excedente de um município. Realização de assembléia da Federação;
- b) Greve abusiva. Não gera efeitos;
- c) Taxa de homologação de rescisão contratual. Legalidade;
- d) Descontos autorizados no salário pelo trabalhador. Limitação máxima de 30% do salário-base;

24) Ao instituir Comissões de Conciliação Prévia a lei brasileira fixa a seguinte diretriz:

- a) As empresas e os sindicatos podem instituir Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar a conciliação e a arbitragem dos conflitos individuais de trabalho;
- b) é vedada a dispensa dos membros da Comissão de Conciliação Prévia, titulares e suplentes, até o final do mandato, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei;
- c) qualquer demanda de natureza trabalhista de obrigação de pagar será submetida à Comissão de Conciliação Prévia se, na localidade da prestação de serviços, houver sido instituída a Comissão no âmbito da empresa ou do sindicato da categoria;
- d) a Comissão, instituída no âmbito da empresa, será composta de, no mínimo, dois e, no máximo, dez membros.

25) A remuneração correspondente à média das horas extras reflete-se sobre:

- a) gratificações natalinas;
- b) férias indenizadas;
- c) aviso-prévio indenizado;

435  
d) sobre todos os itens anteriores;

26) A compensação chamada banco de horas, prevista pela legislação :

- a) pode ser feita por ato unilateral do empregador ;
- b) exige homologação da Delegacia Regional do Trabalho ;
- c) pode cobrir um período máximo de até um ano e não pode ultrapassar o limite máximo de dez horas diárias ;
- d) só é válida se tiver havido a prévia suspensão coletiva dos contratos de trabalho dos empregados por até seis meses ;

27) Declara o art. 147, da Consolidação das Leis do Trabalho :

"O empregado que for despedido sem justa causa ou cujo contrato de trabalho se extinguir em prazo predeterminado, antes de completar 12(doze) meses de serviço, terá direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias, de conformidade com o disposto no artigo anterior"

Esse texto legal permite concluir que :

- a) o empregado contratado por prazo determinado e cujo contrato extinguir-se antes de completar um ano de serviço, terá direito às férias proporcionais correspondentes à metade do tempo faltante para o fim do contrato ;
- b) a aposentadoria, diferentemente da dispensa sem justa causa, prejudica o direito às férias proporcionais do empregado cujo contrato, em razão da mesma, extinguir-se depois de completar doze meses de serviço;
- c) o empregado despedido sem justa causa, não terá direito ao período incompleto de férias proporcionais antes de completar um ano de serviço ;
- d) o empregado que pede demissão perde o direito às férias proporcionais quando tiver menos de um ano de serviço;

28) No tocante à estabilidade provisória do dirigente sindical:

- a) é indispensável a comunicação feita pela entidade sindical ao empregador;
- b) é dispensável a comunicação feita pela entidade sindical ao empregador;
- c) é garantida a estabilidade mesmo quando extinta a atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato;
- d) é garantida a estabilidade a dirigente sindical de categoria diferenciada se o seu empregador não possui a atividade pertinente;

29) São tipos de dispensas previstas na legislação brasileira :

- a) as com justa causa, as sem justa causa e as coletivas;
- b) as coletivas, as individuais e as obstativas;
- c) as indiretas, as decorrentes de programas de demissão voluntária, as com justa causa e as sem justa causa ;
- d) as indiretas, as com justa causa e as sem justa causa .

30) O menor:

- a) só pode empregar-se a partir de 18 anos;
- b) pode trabalhar como aprendiz a partir dos 14 anos;
- c) entre 16 e 18 anos pode empregar-se sem nenhuma restrição;
- d) pode empregar-se a partir dos 12 anos de idade.

31) É doença do trabalho:

- a) a doença degenerativa;
- b) a que não produz incapacidade laborativa;
- c) a inerente a grupo etário;
- d) a adquirida ou desencadeada no trabalho realizado pelo empregado;

## Direito Internacional

- 32) Ao regular a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior, a lei dispõe que :
- a) fica excluído do regime da lei o empregado designado para prestar serviços de natureza transitória, por período não superior a 30(trinta) dias;
  - b) o salário-base ajustado fica sujeito aos reajustes e aumentos compulsórios previstos na legislação brasileira;
  - c) após 1(um) ano no exterior em razão de transferência, será facultado ao empregado gozar férias no Brasil, correndo por conta da empresa empregadora, ou para a qual tenha sido cedido, o custeio da viagem e habitação durante as férias;
  - d) ainda que por opção escrita do empregado, a parcela da remuneração a ser paga em moeda nacional não poderá ser paga em moeda estrangeira durante a transferência;
- 33) Resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, compete :
- a) ao Presidente da República;
  - b) ao Congresso Nacional;
  - c) à Câmara dos Deputados;
  - d) ao Senado Federal.
- 34) Segundo a Convenção de Viena, tratado significa :
- a) um acordo internacional celebrado por escrito entre Estados e regido pelo direito internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja a sua denominação particular;
  - b) uma convenção entre países, celebrada por escrito, homologada por um órgão internacional, com eficácia de norma jurídica quando ratificada pelo Estado Membro que o adotar, constante de um único instrumento;
  - c) um pacto internacional celebrado por escrito entre dois Estados e regido pelo direito internacional, constante de um único documento, qualquer que seja a sua denominação, segundo os preceitos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas - ONU, inserindo-se automaticamente no ordenamento jurídico interno de cada país que o aprovar;
  - d) uma convenção entre países, celebrada por escrito, regida pelo direito internacional, constante de diversos instrumentos conexos, e com a aprovação das respectivas embaixadas.
- 35) São, além de outros, órgãos integrantes da estrutura do Mercosul:
- a) a Comissão Parlamentar Conjunta - CPC, o Foro Consultivo Econômico-Social - FCES e a Comissão de Administração - CA;
  - b) o Conselho do Mercado Comum - CMC, a Comissão Parlamentar Conjunta - CPC e o Foro Consultivo Econômico-Social-FCES;
  - c) o Foro Consultivo Econômico-Social - FCES, a Corte Comunitária de Justiça - CCJ e o Parlamento do Cone Sul - PCS;
  - d) o Conselho do Mercado Comum - CMC, a Corte Comunitária de Justiça - CCJ e a Comissão Parlamentar do Cone Sul - CPCS.

## Direito Administrativo

- 36) Estão sujeitas a licitações :
- a) as fundações públicas, mas as sociedades de economia mista e as empresas públicas, não;
  - b) as sociedades de economia mista, as fundações e as empresas públicas, mas as entidades controladas direta ou indiretamente pela União, não;
  - c) as sociedades de economia mista, empresas e fundações públicas e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União;
  - d) as fundações públicas e as demais entidades controladas direta ou indiretamente, pela União, mas as sociedades de economia mista e as empresas públicas, não.

37) O controle das empresas estatais dá-se :

- a) somente interna-corporis;
- b) exclusivamente pelos Tribunais de Conta ;
- c) pelos Tribunais de Contas e Judiciário;
- d) pelos três meios antes enunciados.

38) Somente por lei específica poderá ser criada:

- a) autarquia e autorizada a instituição de empresa pública , de sociedade de economia mista e de fundação , cabendo à regulamentação do Poder Executivo, neste último caso , definir as áreas de sua atuação ;
- b) autarquia e autorizada a instituição de empresa pública , de sociedade de economia mista e de fundação , cabendo à lei ordinária , neste último caso , definir as áreas de sua atuação ;
- c) autarquia e autorizada a instituição de empresa pública , de sociedade de economia mista e de fundação , cabendo à lei complementar , neste último caso , definir as áreas de sua atuação ;
- d) autarquia e autorizada a instituição de empresa pública , de sociedade de economia mista e de fundação , cabendo à emenda à Constituição , neste último caso , definir as áreas de sua atuação ;

39) São princípios da Administração Pública , declarados pelo artigo 37 , da Constituição da República :

- a) a legalidade , significando que a Administração deve sujeitar-se às normas legais ; a impessoalidade que se traduz na idéia de que a Administração deve tratar os administrados sem discriminações ; e a moralidade , que tem na ação popular , que pode ser proposta por qualquer cidadão , um meio destinado à anulação do ato que o contrariar ;
- b) a legalidade, significando que a Administração deve sujeitar-se às normas legais ; a impessoalidade , que se traduz na idéia de que o interesse público deve prevalecer sobre o interesse particular ; e a moralidade, que tem na ação popular , que pode ser proposta por qualquer cidadão , um meio destinado a anulação do ato que o contrariar ;
- c) a legalidade, significando que a Administração deve dar preponderância ao interesse público sobre o interesse particular ; a impessoalidade, que se traduz na idéia de que a Administração deve tratar os administrados sem discriminações ; e a moralidade, que tem na ação popular , que pode ser proposta por qualquer cidadão , um meio destinado a anular o ato que o contrariar ;
- d) a legalidade, significando que a Administração deve sujeitar-se às normas legais ; a impessoalidade , que se traduz na idéia de que a Administração deve tratar os administrados sem discriminações; e a moralidade que tem na ação popular , para cuja interposição os partidos políticos têm legitimidade exclusiva , um meio destinado à anulação do ato que o contrariar.

40) O controle jurisdicional dos atos administrativos:

- a) só pode ser feito sobre atos vinculados;
- b) só pode ser feito sobre atos discricionários;
- c) pode ser feito sobre ambos;
- d) pode ser feito sobre ambos e na análise da conveniência e oportunidade dos atos.

41) A Administração Pública :

- a) pode anular seus próprios atos quando há motivo de conveniência ou oportunidade e revogá-los quando eivados de vícios que os tornem ilegais ;
- b) pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais e revogá-los quando há motivo de conveniência ou oportunidade ;
- c) não pode , diante de razões de mérito , conveniência ou oportunidade, revogar o ato que editou ;
- d) pode anular os seus próprios atos segundo critérios de conveniência e oportunidade , desfazendo todos os seus efeitos .

42) A isonomia e a concorrência são princípios do instituto de licitação que :

- a) abrangem a tomada de preços;
- b) abrangem o convite;
- c) não abrangem a contratação de serviços técnicos;
- d) ficam na dependência da conveniência e oportunidade.

43) A decisões do Tribunais de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa :

- a) não terão eficácia de título executivo ;
- b) devem ser submetidas ao Poder Judiciário para que adquiram eficácia de título executivo;
- c) terão eficácia de título executivo apenas quando fixarem multas ;
- d) terão eficácia de título executivo ;

44) O desvio de poder ocorre quando :

- a) há mau uso de competência;
- b) a Administração Pública pretende alcançar finalidade diversa da que lhe é conferida pela função;
- c) há manifesta intenção inadequada;
- d) há desacordo objetivo entre a finalidade do ato e a finalidade da competência;

#### Previdência Social

45) Na linguagem da doutrina do Direito Previdenciário :

- a) repartição é um critério de formação de recursos destinados a financiar as prestações futuras devidas aos segurados , em nada difere da capitalização e defende a idéia de que compete às novas gerações pagar os benefícios previdenciários da geração que se torna inativa ;
- b) capitalização é a formação de recursos para financiar prestações futuras , inspira-se em critérios que se originaram dos seguros privados , embora com os mesmos não se confundam , difere de repartição e , como meio de financiamento da Previdência Social , sofre , como uma das críticas , a possibilidade de depreciação do capital que é formado durante longo período ;
- c) capitalização é a distribuição imediata de recursos captados para financiamento da Previdência Social , o que é feito a curto prazo , evitando-se , assim , a depreciação do capital que se forma , de modo tal que cabe ao próprio pessoal em inatividade , e não à geração que o suceder , custear as aposentadorias ;
- d) capitalização e repartição são dois princípios definidores de critérios de financiamento da Previdência Social , distinguindo-se , apenas , quanto aos tipos de aposentadorias pelos mesmos financiadas .

46) Sobre o recolhimento da contribuição previdenciária que têm como fato gerador condenações na Justiça do Trabalho , é correto afirmar que :

- a) a divisão do valor acordado , com reconhecimento pelo Juiz , em termos de remuneração e de indenização , é sempre aceito pelo INSS;
- b) na hipótese de não haver o detalhamento exigido dos pagamentos efetuados , haverá incidência sobre o total do ajustado;
- c) o fato gerador é o valor pago e não o que tiver sido reclamado e apurado;
- d) o prazo para o recolhimento é o dia 05 do mês seguinte ao da liquidação de sentença;

47) Qual é a resposta correta :

- a) o seguro acidente de trabalho cobre a indenização devida ao trabalhador, mesmo havendo dolo ou culpa;
- b) a empresa que não adotar medidas de proteção e segurança ao trabalhador incorrerá apenas em multa administrativa;
- c) em caso de negligência quanto à observância de normas de segurança e medicina do trabalho, terá a previdência social ação regressiva contra o empregador;
- d) o seguro contra acidente de trabalho é facultativo, podendo o empregador efetuar-lo por meio de outras seguradoras;

48) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à :

- a) educação , saúde, o trabalho , o lazer , a segurança , à previdência, à proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados ;
- b) saúde, o lazer , a segurança , à previdência, à proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados
- c) saúde, à previdência e à assistência ;
- d) educação , saúde, o trabalho , o lazer , a segurança , à previdência, à proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados ;
- b) saúde, o lazer, à previdência, o trabalho ,à proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

49) Fator previdenciário quer dizer :

- a) um critério de definição das principais contingências que influirão na relação dos tipos de benefícios assegurados pela Previdência Social aos segurados e dependentes ;
- b) uma nova regra legal que definiu o salário de benefício passando a ser igual à média dos 80% dos maiores salários de contribuição do segurados, apurados entre julho de 1992 e o momento da aposentadoria ;
- c) um critério que tem por finalidade elevar o valor da aposentadoria gradualmente na medida em que o interessado deixar para aposentar-se mais tarde e , contrariamente, diminuir esse valor se o aposentado requerer mais cedo a sua aposentadoria ;
- d) um fator que leva em conta, para fins de cálculo do valor dos benefícios previdenciários pagos aos segurados e dependentes , a idade e a alíquota de contribuição correspondente , acrescidas de um adicional .

50) O período de trabalho sob aprendizagem:

- a) é reconhecido sempre, para o cômputo do tempo de serviço para fins previdenciários;
- b) não é reconhecido como tempo de serviço;
- c) é reconhecido desde que prestados nas escolas técnicas;
- d) é reconhecido quando prestado junto às empresas.